

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015
RELATÓRIO**

1ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA

Juiz Federal Titular: Dr. Fernando Cesar Baptista de Mattos

Juíz Federal Substituto: Dr. Marcelo da Rocha Rosado

Partindo de levantamentos realizados no questionado de Autoinspeção, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 08 até 12 de junho, a correição ordinária da 1ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória/ES, em decorrência da qual seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Dar continuidade ao cumprimento da Meta 1 do CNJ, julgando mais processos que os distribuídos.
2. Dar andamento aos processos constantes da Meta 2 do CNJ, sendo 01 autuado até 2009 e 03 autuados em 2010.
3. Impulsionar os processos à execução, conforme objetiva a Meta 5 do CNJ.
4. Dar andamento ao processo concluso para despacho há mais de 30 dias.
5. Dar andamento aos 17 processo que se encontram sem movimentação entre 121 e 180 dias, bem como aos 57 processos que se encontram parados há mais de 180 dias.
6. Providenciar a juntada dos 06 documentos pendentes.

7. Verificar e providenciar o andamento dos processos que se encontram aguardando devolução de mandado e aguardando prazo (outras classes), desde abril de 2013 e maio de 2014, respectivamente.
8. Regularizar o registro do motivo das suspensões nos processos em que há inconsistência.
9. Observar se foi feito o correto cadastramento das classes das Ações.
10. Atentar para a correta classificação das sentenças, tanto no Apolo quanto no corpo da sentença.
11. Observar a correta classificação das sentenças, de forma a evitar a indicação como “vazias”.
12. Não certificar a Baixa do processo antes de findo o prazo para manifestação da União Federal.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Não houve notícia de qualquer designação de representantes do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União (ES) ou da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ ou ES, para acompanhar os trabalhos desta correição ordinária, apesar de terem sido notificados, respectivamente, pelos Ofícios TRF2-OFI-2015/04481, TRF2-OFI-2015/04478 e TRF2-OFI-2015/04475.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região).

. Juiz Federal Titular: Dr. Fernando Cesar Baptista de Mattos (atuação desde 24/03/2005).

. Juiz Federal Substituto: Dr. Marcelo da Rocha Rosado (atuação desde 09/03/2012).

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores: 12

Analistas Judiciários: 04

Técnicos Judiciários: 07

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 04

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 2.1).

→ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

	CORREIÇÃO 2013	CORREIÇÃO 2015
Acervo Total	15.366	16.995
Suspensos	7.759	9.535
Ag. julgamento recurso	37	27
Tramitação ajustada	7.570	7.433

Fonte: Mapas de Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 01/06/2015.

➔ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS

- i. Total de atos processuais intimados (01/11/2014 até 30/05/2015):
9.738
- ii. Despachos: Tempo médio de conclusão/intimação: 18 dias
- iii. Decisões: Tempo médio de conclusão/intimação: 16 dias
- iv. Sentenças: Tempo médio de conclusão/intimação: 32 dias

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 01/06/2015.

→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

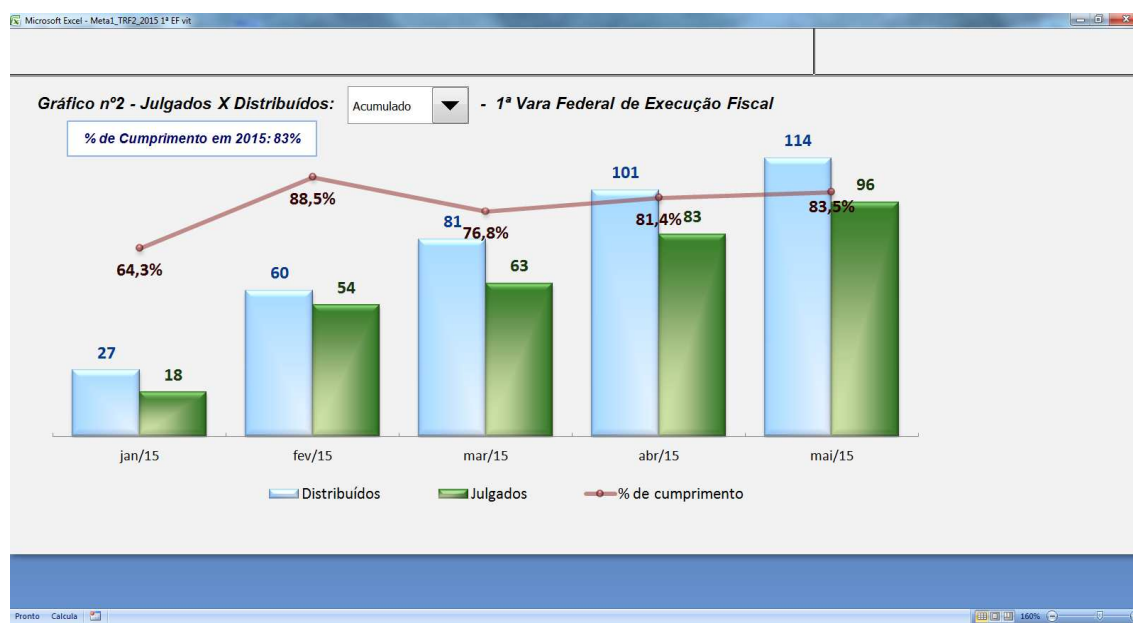
Metas Nacionais para 2015 aprovadas no VIII Encontro Nacional do Judiciário

OBS.: Apesar da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2015, ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração dos dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2014, com as adaptações possíveis.

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 01/06/2015, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 83%**, como ilustra o gráfico a seguir:



II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

(Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Situação: Constan 04 processos pendentes de julgamento:

→ **Autuados até 2009:** 01 processo:

1) **00048511020094025001** – Originalmente foi distribuída para a 2ª Vara Cível de vitória. Declinada a competência para a Vara dos feitos da fazenda pública da comarca de Guarapari/ES, em 19/11/10. Redistribuído para a 2ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória em 20/08/2014. Nova redistribuição em 05/03/15, para 1ª Vara de Execução Fiscal de Vitória diante da conexão com execução fiscal em curso. Despacho em 06/05/15, para que a parte autora especifique a produção de provas.

→ **Autuados em 2010:** 03 processos:

1) **00128646120104025001** – Trata-se de embargos à execução, dependente ao processo nº 0014754-69.2009.4.02.5001. Feito convertido em diligência em 06/02/2015, para complementação do laudo pericial, no prazo de dez dias. Dilação de prazo deferida em 04/03/15. Atualmente encontra-se em conclusão para despacho desde 29/05/15, com minuta no Apolo.

2) **00109340820104025001** – Trata-se de embargos à execução. Sentença convertida em diligência em 26/08/14 e, novamente, em 16/05/15, sendo que em ambos os casos para manifestação do embargante, acerca das informações trazidas aos autos. Encontra-se no prazo para manifestação do embargante desde 29/05/15.

3) **00015797120104025001** – Expedida carta precatória em 18/05/13, juntada em 21/10/14. Sentença convertida em diligência em

09/12/14, diante do falecimento da embargante. Remetido para a publicação em 24/04/15, aguardando a geração de boletim. Último movimento foi a expedição de carta precatória em 21/05/15.

Fonte: Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, Metas Prioritárias, extraído em 01/06/2015. Sistema Apolo, módulo Secretaria, Consulta de Processos, **posição até 01/06/15.**

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

OBS.: Não se aplica à vara correicionada.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

OBS.: Não se aplica à vara correicionada.

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

OBS: Dados obtidos relativos à META 03/2014, em razão da não disponibilização dos mapas respectivos no Portal de Estatísticas.

	Fiscal	Não Fiscal	Total
Junho/2014	6.597	11	6.608
Junho/2015	6.963	04	6.967

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau)

OBS.: Não se aplica ao juízo correicionado.

Fonte: Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, Metas Prioritárias, posição em 01/06/2015.

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

1. INICIAIS (Artigos 305 a 316 da CNCR)

Não foi localizado local virtual para as iniciais, salvo melhor juízo.

Fonte: Questionário de Autoinspeção. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

2. BALCÃO DE ENTRADA (dia 01/06/2015, às 18:54h)

Em 01/06/2015, às 18:54h, encontrou-se com 178 documentos, sendo o mais antigo o de 14/05/2015, referente ao processo nº 0010403-77.2014.4.02.5001.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Analisados os locais virtuais, salvo melhor juízo, não se encontrou endereço eletrônico para as análises de prevenções.

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado: “*Processos divididos entre o Diretor de Secretaria e Supervisores, em regra análise efetuada até o dia seguinte da distribuição.*”

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.9.1). Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), extraído em 01/06/2015, às 16:14.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR)

- P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 01 processo

- 00043480919004025001 – concluso há 39 dias, com minuta no Apolo.

- P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 00 processos
- P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 00 processos

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, extraído em 01/06/2015.

5. PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO (Arts. 228 da CNCR)

a. ENTRE 121 E 180 DIAS: Total de 17 processos, dos quais foram examinados, por amostragem, os seguintes:

- **00010264919954025001** – Aguardando devolução de mandado desde 09/12/14.
- **00060420320034025001** - Aguardando devolução de mandado desde 17/12/14.
- **00084752419964025001** - Aguardando devolução de mandado desde 11/12/14.
- **00097030420144025001** - Aguardando devolução de mandado desde 17/12/14.
- **00117018020094025001** - Aguardando devolução de mandado desde 03/12/14.

b. HÁ MAIS DE 180 DIAS: Total de 57 processos, dos quais foram examinados, por amostragem, os seguintes:

- **00035871620134025001** - Aguardando devolução de mandado desde 30/04/13.

- **00057812320124025001** - Aguardando devolução de mandado desde 28/06/13.
- **00043777820054025001** - Aguardando devolução de mandado desde 12/08/13.
- **00052019020124025001** - Aguardando devolução de mandado desde 09/09/13.
- **00089420720134025001** - Aguardando devolução de mandado desde 28/10/13.

Fontes: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados (Classe Execução Fiscal), extraído em 01/06/2015.

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)

(Arts. 180 e 318 da CNCR).

De acordo com o Mapa de Petições Pendentes do Sistema Processual Apolo, posição em 01/06/2015, aguardam juntada 06 documentos, existindo os seguintes 03 (três) mais antigos:

- Petição nº 2015.3000.083119-7, de 06/2015, referente ao processo nº 0002859-63.1999.4.02.5001.
- Petição nº 2015.3000.083259-2, de 06/2015, referente ao processo nº 0003309-78.2014.4.02.5001.
- Petição nº 2015.3000.083163-4, de 06/2015, referente ao processo nº 0003891-40.1998.4.02.5001.

Fonte: Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 01/06/2015.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS (em 01/06/2015, às 19:20 h)

Foram verificados, por amostragem, os seguintes locais virtuais de prazo:

- AG. DEVOLUÇÃO DE MANDADO: Existem 464 documentos, sendo o mais antigo de 30/04/2013.
- AG. INTIMAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA: Existem 19 documentos, sendo o mais antigo de 11/12/2014.
- AG. JULGAMENTO APELAÇÃO: Existem 552 documentos, sendo o mais antigo de 22/05/2012.
- AG. PRAZO: Existem 703 documentos, sendo o mais antigo de 01/10/2014.
- AG. PRAZO – EDITAIS PUBLICADOS: Existem 100 documentos, sendo o mais antigo de 07/04/2015.
- AG. PRAZO - OUTRAS CLASSES: Existem 57 documentos, sendo o mais antigo de 29/05/2014.
- AG. PRAZO – PÓS PUBLICAÇÃO: Existem 28 documentos, sendo o mais antigo de 04/05/2015.
- AG. PRAZO – TRÂNSITO EM JULGADO: Existem 53 documentos, sendo o mais antigo de 08/05/2015.
- AG. PRAZO PARA EXECUÇÃO DE SENTENÇA: Existem 02 documentos, sendo o mais antigo de 26/05/2015.

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC) (em 01/06/2015, às 19:23h)

Foram verificados, por amostragem, os seguintes locais de cumprimento de ordem:

- EXPEDIR CARTA DE CITAÇÃO: Existem 19 documentos, sendo o mais antigo de 11/05/2015.
- EXPEDIR CARTA DE INTIMAÇÃO: Existem 32 documentos, sendo o mais antigo de 06/03/2015.
- EXPEDIR CARTA PRECATÓRIA: Não há documentos.
- EXPEDIR EDITAL: Existem 05 documentos, sendo o mais antigo de 26/05/2015.

- EXPEDIR MANDADO: Existem 21 documentos, sendo o mais antigo de 22/05/2015.
- EXPEDIR OFÍCIO: Existem 67 documentos, sendo o mais antigo de 18/05/2015.
- EXPEDIR OUTROS (ALVARÁ, RPV, TERMO): Existem 08 documentos, sendo o mais antigo de 20/05/2015.

i. Fonte: Consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário)

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189, §§§ 1º, 2º e 3º, da CNCR)

- Total em 09/04/2015: 356
 - i. Segredo absoluto: 00
 - ii. Segredo do Sistema: 304
 - iii. Segredo de Peças: 50

Obs: A partir da Planilha Apolo Excel, extraída em 01/06/2015, foram analisados, por amostragem, os seguintes processos, todos com regular andamento:

- i. Segredo do Sistema:

.0003671-81.1994.4.02.5001: Foi determinado o segredo de justiça no despacho de fl. 73 (29 de janeiro 2008).

.0005629-68.1995.4.02.5001: Foi determinado o segredo de justiça no despacho de fl. 82 (01 de março 2007).

.0011104-97.1998.4.02.5001: Foi determinado o segredo de justiça no despacho de fl. 49 (16 de junho 2008).

.0017365-05.2003.4.02.5001: Foi determinado o segredo de justiça no despacho de fl. 53 (20 de março 2009).

.0007515-24.2003.4.02.5001: Foi determinado o segredo de justiça no despacho de fl. 546 (10 de novembro 2014).

ii. Segredo de Peças:

.0010832-30.2003.4.02.5001: Foi determinado o segredo de justiça no despacho de fl. 17 (17 de setembro 2010).

.0002774-72.2002.4.02.5001: Foi determinado o segredo de justiça no despacho de fl. 97 (22 de julho 2013).

.0008998-84.2006.4.02.5001: Foi determinado o segredo de justiça no despacho de fl. 31 (14 de janeiro 2008).

.0010152-69.2008.4.02.5001: Foi determinado o segredo de justiça no despacho de fl. 189 (05 de maio 2010).

.0001144-39.2006.4.02.5001: Foi determinado o segredo de justiça no despacho de fl. 35 (28 de julho 2008).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 01/06/15.**

10.PUBLICAÇÕES (Mapa de 11/2014 a 05/2015) (Art. 181 da CNCR).

- Total de processos publicados (de 11/2014 a 04/2015): 1.931
- Total de Boletins: 136
- Média de processos/boletins: 14,20 processos.
- Tempo médio de dias/publicação: 5,32 dias.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 01/06/2015.

11.PROCESSOS COM REMESSA INTERNA/PRAZO (01/11/2014 a 31/05/2015)

- Contadoria : 00
- Distribuição: 00

Fonte: Mapa - Relatório de Processos Recebidos/Remetidos - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo (somente não devolvidos).

→ AUDIÊNCIAS (Mapa de 11/2014 a 05/2015)

1. TOTAL: 03 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira em 22/01/2015 e a última em 10/02/2015.

2. AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE:

. Novembro: 00

. Dezembro: 00

. Janeiro: 02

. Fevereiro: 01

. Março: 00

. Abril: 00

. Maio: 00

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ
Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências, extraído em 01/06/2015.

→ SUSPENSÃO DE PROCESSOS
(Artigos 267 a 269 da CNCR e Lei 9.099/95)

1. Total de processos suspensos (em 01/06/2015): 9.449

2. Motivo da suspensão:

- Parcelamento: 1.442
- Art. 40, Lei 6.830/80: 37
- Art. 40, § 2º, Lei 6.830/80: 4.988
- Art. 20, Lei 10.522/02: 452
- Embargos à Execução: 47
- Aguarda decisão de instância superior: 08
- Cumprimento de precatório/RPV: 02
- Medida Provisória nº 651/2014 – FGTS: 363
- Outras Suspensões – processos de execução: 36
- Outros – fase de conhecimento: 02
- Outros – fase/ processo execução: 469
- Suspensão outros/ fase recursal: 04
- Portaria MF nº 75/12, alterada pela Portaria MF nº 130/12: 1.445
- Suspenso – Artigo 20/ Arquivamento – Lei 10.522/2002: 36
- Suspenso – Artigo 40, §2º/ Arquivamento – Lei 6.830/80: 116
- Suspenso – parcelamento: 01
- Suspenso aguardando julgamento/recurso: 03
- Vazias: 02

3. Análises dos processos:

Por amostragem, de acordo com o mapa extraído do Apolo Excel, em 01/06/2015, verificou-se a existência de alguns lançamentos incorretos sobre o motivo da suspensão no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria- Regional, Provimento nº 11/2011), com base nas respectivas decisões fundamentadas, conforme detalhamento a seguir:

a) Parcelamento:

Processo nº 0011438-58.2003.4.02.5001 - suspenso regularmente desde 03/12/2014, conforme despacho de fl. 117 (10/10/2014).

Processo nº 0015771-14.2007.4.02.5001 - suspenso regularmente desde 03/12/2014, conforme despacho de fl. 199 (20/10/2014).

Processo nº 00002909820134025001 - suspenso regularmente desde 26/01/2015, conforme despacho de fl. 59 (07/01/2015).

Processo nº 00052016120104025001 - suspenso regularmente desde 09/02/2015, conforme despacho de fl. 47 (18/08/2014).

Processo nº 00025497120104025001 - suspenso regularmente desde 10/02/2015, conforme despacho de fl. 147 (08/01/2015).

b) Art. 40, Lei 6.830/80

Processo nº 0002164-80.1900.4.02.5001 - suspenso desde 23/04/2007. Foi determinado o arquivamento dos autos, nos termos do art. 40, §2º da Lei nº 6.830/80, à fl. 20 (28/07/1989). A União informa à fl. 28 que o débito dos autos decorre de valor devido ao FGTS.

Processo nº 00020200919004025001 - suspenso desde 25/04/2007. Foi determinado o arquivamento dos autos, nos termos do art. 40, §2º da Lei nº 6.830/80, à fl. 19 (28/07/1989). Contudo, é informado pelo Juízo no despacho de fl. 25 (11/01/2006) que o débito dos autos decorre de valor devido ao FGTS.

Processo nº 00121372020014025001 - suspenso desde 06/10/2008. Foi determinado o arquivamento dos autos, nos termos do art. 40, §2º da Lei nº 6.830/80, à fl. 68 (22/05/2006). Contudo, é informado pelo Juízo no despacho de fl. 70 (15/08/2007) que o débito dos autos decorre de valor devido ao FGTS.

Processo nº 0006166-59.1998.4.02.5001 - suspenso desde 17/03/2010. Foi regularmente determinado o arquivamento dos autos, nos termos do art. 40, §2º da Lei nº 6.830/80, à fl. 69 (21/03/2007).

Processo nº 0011788-56.1900.4.02.5001 - suspenso desde 17/03/2010. Foi regularmente determinado o arquivamento dos autos, nos termos do art. 40, §2º da Lei nº 6.830/80, à fl. 123 (19/06/2008).

c) Art. 20, Lei 10.522/02:

Processo nº 0005302-79.2002.4.02.5001 – suspenso desde 22/06/2010. Foi determinado o arquivamento sem baixa do feito na decisão de fl. 57 (13/03/2010).

Processo nº 0007041-63.1900.4.02.5001 – suspenso desde 22/06/2010. Foi determinado o arquivamento sem baixa do feito na decisão de fl. 195 (12/03/2010).

Processo nº 0001703-74.1998.4.02.5001 – suspenso desde 24/06/2010. Foi determinado o arquivamento sem baixa do feito na decisão de fl. 116 (30/03/2010).

Processo nº 00057666420064025001 – suspenso desde 24/06/2010. Foi determinado o arquivamento sem baixa do feito na decisão de fl. 261 (05/05/2010).

Processo nº 00015419820064025001 – suspenso desde 25/02/2015. Foi determinado o arquivamento sem baixa do feito na decisão de fl. 414 (27/11/2014).

d) Embargos à Execução

Processo nº 0003839-68.2003.4.02.5001 - suspenso desde 27/01/2015. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 156 (18/09/2014).

Processo nº 00024679820144025001 - suspenso desde 27/03/2015. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 84 (07/01/2015).

Processo nº 0003979-83.1995.4.02.5001 - suspenso desde 02/10/2014. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 464 (30/01/2015).

Processo nº 00088250719994025001 - suspenso desde 11/03/2015. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 699 (29/01/2015).

Processo nº 0011411-80.2000.4.02.5001 - suspenso desde 27/03/2015. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 74 (15/12/2014).

e) Cumprimento de precatório/RPV:

Processo nº 0001121-35.2002.4.02.5001 – suspenso desde 01/12/2014, não havendo, salvo melhor juízo, decisão determinando a sua suspensão.

Processo nº 0001461-71.2005.4.02.5001 – suspenso desde 03/12/2014, não havendo, salvo melhor juízo, decisão determinando a sua suspensão.

f) Medida Provisória nº 651/2014 – FGTS:

Processo nº 0000083-85.2002.4.02.5001 – suspenso desde 23/09/2014. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 76 (16/09/2014).

Processo nº 0000243-95.2011.4.02.5001 – suspenso desde 19/03/2015. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 95 (17/03/2015).

Processo nº 0001692-25.2010.4.02.5001 – suspenso desde 23/09/2014. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 95 (17/03/2015).

Processo nº 0002242-98.2002.4.02.5001 – suspenso desde 23/09/2014. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 58 (16/09/2014).

Processo nº 0005844-73.1997.4.02.5001 – suspenso desde 23/09/2014. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 67 (16/09/2014).

g) Outras Suspensões – processos de execução:

Processo nº 0009039-90.2002.4.02.5001 - suspenso desde 18/11/2009, por decisão de fl. 132 (24/06/2009), em virtude da interposição de embargos à execução.

Processo nº 0012381-85.1997.4.02.5001 - suspenso desde 06/08/2008, por decisão de fl. 85 (02/06/2008), até o término do processo falimentar.

Processo nº 00097782920034025001 - suspenso desde 06/11/2009, por decisão de fl. 71 (09/09/2009), até o término do processo de inventário.

Processo nº 00022960619984025001 - suspenso desde 21/07/2009, por decisão de fl. 128 (06/10/2006), em virtude da interposição de embargos à execução.

Processo nº 0004665-60.2004.4.02.5001 - suspenso desde 26/02/2010, por decisão de fl. 57 (12/02/2009), em virtude da interposição de embargos à execução.

h) Outros – fase/ processo execução:

Processo nº 0001325-35.2009.4.02.5001 – suspenso desde 16/12/2014. Foi determinado o arquivamento com baixa na decisão de fl. 419 (17/02/2014), reiterada à fl. 423 (01/10/2014).

Processo nº 0010506-60.2009.4.02.5001 – suspenso desde 25/10/2013. Foi determinada a suspensão na decisão de fl. 53 (16/10/2013).

Processo nº 0010910-53.2005.4.02.5001 – suspenso desde 02/10/2014. Foi determinada a suspensão na decisão de fl. 328 (09/10/2013).

Processo nº 0010497-64.2010.4.02.5001 – suspenso desde 02/12/2014. Foi determinado o arquivamento sem baixa na distribuição à fl. 59 (25/11/2014).

Processo nº 0003215-09.2009.4.02.5001 – suspenso regularmente desde 19/01/2015, conforme despacho de fl. 234 (14/01/2015).

i) Portaria MF nº 75/12, alterada pela Portaria MF nº 130/12:

Processo nº 0002202-77.2006.4.02.5001 – suspenso desde 16/06/2014. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 144 (10/06/2014).

Processo nº 0002240-60.2004.4.02.5001 – suspenso desde 24/09/2012. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 111 (18/09/2012).

Processo nº 0002429-48.1998.4.02.5001 – suspenso desde 14/11/2012. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 180 (09/11/2012).

Processo nº 0002834-69.2007.4.02.5001 – suspenso desde 14/11/2012. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 67 (09/11/2012).

Processo nº 0003103-11.2007.4.02.5001 – suspenso desde 25/01/2013. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 109 (23/01/2013).

j) Suspenso – Artigo 40, §2º/ Arquivamento – Lei 6.830/80:

Processo nº 0003039-30.2009.4.02.5001 – suspenso desde 29/09/2011. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 238 (17/05/2010).

Processo nº 0003213-10.2007.4.02.5001 – suspenso desde 22/01/2013. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 114 (17/06/2011).

Processo nº 0003340-84.2003.4.02.5001 – suspenso desde 29/10/2013. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 38 (29/06/2009).

Processo nº 0003843-08.2003.4.02.5001 – suspenso desde 29/10/2013. Foi regularmente determinada a suspensão dos autos à fl. 68 (27/08/2013).

Processo nº 0004201-07.2002.4.02.5001 – suspenso desde 11/10/2013. Foi determinado o arquivamento sem baixa na distribuição à fl. 110 (08/08/2013).

Obs: Outrossim, em análise dos dados, verificou-se também divergência, salvo melhor juízo, entre o **cadastramento da classe** de determinadas ações, como por exemplo:

- **Processo n.º 0004372-85.2007.4.02.5001** – suspenso desde 05/06/2014, sem que, salvo melhor juízo, tenha sido localizada a ordem judicial que determinou a suspensão. Foi proferida decisão em 16/02/2011, admitindo o recurso especial interposto. Contudo, foi cadastrado como embargos à execução (12001) ao invés de embargos à execução fiscal (12006).
- **Processo nº 0010032-60.2007.4.02.5001** – suspenso desde 12/11/2014, tendo sido proferida decisão determinando a suspensão nos termos do art. 38, da Medida Provisória nº 651/14, em 06/11/2014. Contudo foi cadastrado o processo como Embargos à Execução (12001) ao invés de embargos à execução fiscal (12006).
- **Processo nº 0014593-25.2010.4.02.5001** – suspenso desde 11/06/2013. Tem como motivo da suspensão embargos à execução, mas não há determinação nos autos para sua suspensão. Por outro lado, foi classificada como petição/execução fiscal (15006) e não execução fiscal (3000).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição em 01/06/15.**

**→ SENTENÇAS (no período de 01/11/2014 a 31/05/2015):
(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)**

Total: 781

1. FINAL PAR: 367

- a. Convertidas em diligência: 15
- b. Embargos de declaração: 11
- c. Resolução de mérito:
 - i. Extinção da execução: 07
 - ii. Improcedente: 21
 - iii. Procedente: 17
 - iv. Procedente em parte: 08
 - v. Reconhecida prescrição/decadência: 63
 - vi. Reconhecimento da procedência do pedido: 01
 - vii. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 01
 - viii. Procedente com tutela deferida: 01
- d. Sem resolução de mérito: 161
 - i. Cancelamento da Dívida – art. 26 da Lei 6.830/80: 52
 - ii. Indeferimento de petição inicial - 01

e. Vazias: 07

2. FINAL ÍMPAR: 414

- a. Convertidas em diligência: 21
- b. Embargos de declaração: 20
- c. Resolução de mérito:
 - i. Extinção da execução: 06
 - ii. Improcedente: 33
 - iii. Procedente: 20
 - iv. Procedente em parte: 10
 - v. Reconhecida prescrição/decadência: 77
 - vi. Reconhecimento da procedência do pedido: 01
 - vii. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 02
 - viii. Procedente com tutela deferida: 01

- d. Sem resolução de mérito: 161
 - i. Cancelamento da dívida: 52

e. **Vazias: 08**

**→ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇAS
(Res. 535/2006 do CJF)**

De acordo com o Mapa de Estatística de Sentença do sistema processual Apolo, extraído em 01/06/2015, relativo ao período de 11/2014 a 05/2015, observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente a maioria das sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução nº 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011).

Por amostragem, foram inspecionados os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada): 121
0107841-06.2014.4.02.5001
0011533-15.2008.4.02.5001
0100420-28.2015.4.02.5001
0002306-35.2007.4.02.5001
0009678-79.2000.4.02.5001
2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas): 134
0002688-04.2002.4.02.5001
0010232-82.1998.4.02.5001
0015164-98.2007.4.02.5001
0002350-74.1995.4.02.5001

Obs: Sem classificação no corpo da sentença: 0008361-89.2013.4.02.5001

3. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito): 418
0010163-79.2000.4.02.5001
0003021-33.2014.4.02.5001
0000117-75.1993.4.02.5001

0012225-38.2013.4.02.5001

Obs: No corpo da sentença do processo 0003601-63.2014.4.02.5001 consta sentença tipo A.

4. Sentenças tipo D-1 (condenatórias): Não se aplica.

5. Sentenças tipo E-1 (extintivas de punibilidade - art. 107, CP): Não se aplica.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição em 01/06/15.

→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS):

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, os processos de feitos com prioridade legal ou META/CNJ “*são identificados e sofrem andamento célere*”.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.15.2).
--

→ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, “*Os processos encaminhados para prolação de sentença são verificados imediatamente quando remetidos para o gabinete, identificado no motivo pelo assunto e a data de conclusão, seguindo-se, invariavelmente, a ordem cronológica para processamento*”.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (itens 3.13 e 3.14).
--

→ **EXECUÇÃO (maio/2015)**

Art. 264, § 2º e art. 265 da CNGC (Provimento nº 11, de 04 de abril de 2011)

1. FASE 18 (em 01/06/2015):

Informada em 58 processos;

Não informada em 920 processos;

Não aplicável em 40 processos;

Natureza Executória em 16.840 processos;

Total: 17.858 processos.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO

Art. 217, II da CNGC (Provimento nº 11, de 04 de abril de 2011)

(Mapa de Precatário e RPV, do Sistema Processual Apolo, extraído em 01/06/2015, no período compreendido entre 01/11/2014 a 30/05/2015):

a. RPV's e Precatórios Físicos: 00

b. RPV's e Precatórios Virtuais: 25

c. Total de requisições: 25

d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 304 dias.

- RPV's: 23

. Cadastrados: 00

. Enviados ou transmitido com erro: 23

. Conferidos: 00

Analisados por amostragem, não apresentaram irregularidades:

• 00037879120114025001

• 00076846920074025001

- 00041085820134025001

Certificada a Baixa antes de findo o prazo para manifestação da União:

- 00035355920094025001
- 00037411520054025001

- Precatórios (Parcela única): 00

. Cadastrados: 00

. Enviados: 00

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV.

→ GRANDES DÉBITOS (ARTIGOS 272 E 273 DA CNCR)

O juízo correicionado informa, no questionário de Autoinspeção, que “os processos são identificados e recebem tramitação célere. Por inexistência de consulta no sistema APOLO que permita indexar utilizando-se o identificador não é possível obter o quantitativo”.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, d).

→ PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD (Resolução 61/08-CNJ e 21/08-TRF2)

De acordo com informações prestadas no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, “a vara possui, no local virtual, 59 processos aguardando o cadastro de minuta do BACENJUD, sendo o mais antigo de 18/05/2015. Vale ressaltar o convênio RENAJUD, que, igualmente, se reveste de consulta on line, com 31 processos, e o mais antigo de 18/05/2015. E por fim, o INFOJUD, que embora não seja penhora on line é mais um mecanismo de consulta com objetivo de identificação de bens das partes”.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, e).

→ LEILÕES (ARTIGOS 270 A 290 DA CNCR)

O órgão correicionado informa, no questionário de Autoinspeção, que “*a vara possui, no local virtual, 59 processos aguardando a designação de leilão, sendo o mais antigo de março de 2015, e 58 processos incluídos no leilão cuja 1ª praça se deu em 19/05/2015*”.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, f).

→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS (Artigos 356 a 358 da CNCR)

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, o cadastramento de bens constritos é “*realizada quando identificado o mandado no balcão de entrada da vara, antes de se proceder a juntada*”.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, g) e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados.

→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS (Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)

Total de acautelamentos/apreensões: não há dados relevantes a relatar (01/01/1900 a 31/05/2015).

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de Material Apreendido/Acautelado, e consultas ao Apolo, **posição até 01/06/15.**

➔ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147/151 CNCG)

A Vara possui todos os Livros e Pastas obrigatórios, conforme determinado pelos Provimentos n.º 11, de 04 de abril de 2011, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, e n.º 128, de 13/04/98 e pela Resolução n.º 418/2005 do CJF, além de outros que foram adotados para facilitar o controle dos serviços. Apresentaram-se todos regulares.

LIVROS:

- Livro de ponto dos servidores;
- Livro de carga de autos a advogados;
- Livro de remessa de autos aos setores administrativos de apoio (Distribuição, Contadoria, Arquivo e TRF da 2ª Região);
- Livro de reclamações;
- Livro de entrega de autos às partes sem traslado;
- Livro de carga ao Ministério Público, incluindo os órgãos da Fazenda Pública (Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria da União, Conselhos, CEF, Procuradoria Federal, Defensoria Pública da União e demais exequentes);
- Pasta de atos do plantão.

PASTAS:

- Pasta de remessa de autos para a Digitalização;
- Pasta de recebimento de autos dos setores administrativos de apoio (Distribuição, Contadoria, Arquivo e TRF da 2ª Região);
- Pasta de recebimento de autos da Digitalização;
- Pasta de Expedientes Avulsos;
- Pasta de Documentos Intercorrentes relativos a feitos baixados e arquivados;
- Livro de carga de autos a Advogados para cópia;
- Pasta de petições pendentes;
- Pasta de guias remetidas para SEPEX;
- Pasta de expedientes recebidos pela CEF;
- Pasta de correspondências recebidas pelo Juiz Federal;

- Pasta de correspondências recebidas pelo Diretor;
- Pasta de patrimônio

Obs: De acordo com o relatório anual de inspeção, “*Verifica-se que na vara com acervo superior a 90% (noventa por cento) de processos eletrônicos a utilização de algumas pastas reduziu significativamente*”.

Fonte: Relatório de Inspeção Anual.

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO

- Metas de curto prazo (3 meses), Metas de médio prazo (6 meses), Metas de longo prazo (1 ano):

“Manter a regularidade de processamento da vara. As metas permanecem as mesmas anteriores a autoinspeção, as quais fazem parte do gerenciamento da vara. O recebimento de cerca de 700 processos da Comarca de Guarapari, no período do final de 2014 e início de 2015, e mais de 1.100 feitos da Vara Federal de Serra, em maio de 2015, foram assimilados regularmente pela serventia”.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 4.2).

RELATÓRIO ELABORADO POR:

. Tessa Karst Tavela/ 11.777